



## Ataque a Alcochete Cândida Vilar enfrenta mais um inquérito disciplinar

**PGR abriu um inquérito à procuradora por ter escrito na acusação que a investigação não foi concluída por culpa da PJ**

A procuradora Cândida Vilar concluiu a acusação do Ministério Público sobre o ataque à Academia de Alcochete no dia-limite para evitar a libertação dos arguidos que estavam em prisão preventiva há seis meses. No despacho de acusação, a magistrada deixou registado que a investigação às agressões a jogadores, técnicos e funcionários do Sporting por elementos da claque Juventude Leonina “não” estava “totalmente concluída”. E apontava o dedo à Polícia Judiciária por não ter facultado “qualquer informação sobre as interações telefónicas ao alvo André Geraldes”, apesar das “insistências verbais e por escrito”.

Geraldes era então o *team manager* do futebol do Sporting e já estava a ser investigado pela Judiciária do Porto no âmbito do processo “Cashball”, relacionado com suspeitas de suborno a árbitros de andebol e futebol e que ainda está a decorrer no DIAP do Porto. O “Correio da Manhã” tinha divulgado uma troca de mensagens entre Bruno de Carvalho e André Geraldes em que este perguntava ao ex-presidente do Sporting se queria que fosse “para cima dos jogadores”.

O dirigente esclareceu mais tarde em declarações públicas que se referia à renovação do contrato de

alguns dos jogadores. Mas Cândida Vilar alega que não teve acesso ao conteúdo do telemóvel de André Geraldes, nomeadamente a mensagens trocadas e apagadas na aplicação WhatsApp. Por isso, justificou, não pôde constituir-lo arguido e acusá-lo por falta de indícios, apesar de um dos acusados — Bruno Jacinto, oficial de ligação com os adeptos — ter dito que informou André Geraldes da intenção da claque de invadir a Academia de Alcochete.

### Mal estar na PJ

Ainda que não tenha acusado André Geraldes, Cândida Vilar quis deixar claro que não o fez por estar convencida da inocência do ex-dirigente do Sporting: “A Polícia Judiciária não transmitiu qualquer informação sobre o conteúdo dos telefonemas e mensagens, sendo certo que alguns deles poderão nem estar transcritos no processo de inquérito de que é titular o magistrado do MP do Porto. Acresce o facto de não ter sido possível extrair conteúdos alegadamente apagados do telemóvel do arguido Bruno Jacinto, dado que, segundo informação do senhor coordenador da PJ, o programa não o permitiu”, escreveu Cândida Vilar.

Esta declaração, feita por escrito na acusação, caiu mal no seio da PJ e agora a Procuradoria-Geral da República decidiu instaurar mais um inquérito disciplinar a Cândida Vilar

“para averiguação de eventual responsabilidade disciplinar relacionada com referências feitas pela magistrada num despacho prévio à acusação do designado caso de Alcochete”, confirma o gabinete da procuradora-geral Lucília Gago. “Referências, essas, a informação que teria sido solicitada e que não lhe teria sido facultada no prazo que pretendia”, precisa a PGR numa resposta enviada por escrito ao Expresso. O inspetor do Ministério Público encarregado do inquérito terá de decidir se existem indícios suficientes para a instauração de um processo disciplinar que poderá culminar numa sanção à procuradora, uma das mais antigas do Ministério Público e que já teve em mãos casos como o dos *skinheads* e de segurança ilegal na noite. Cândida Vilar foi afastada da Unidade de Crime Especialmente Violento do DIAP de Lisboa depois de ter acusado a PJ de não cumprir as suas ordens em várias investigações.

### Gritos a Fernando Mendes

A procuradora já é alvo de outro inquérito disciplinar depois de ter sido divulgado o áudio do interrogatório a Fernando Mendes, ex-líder da claque Juventude Leonina, acusado de ser o autor moral do ataque e que ainda está em prisão preventiva. O tom ríspido das perguntas e o volume alto da voz da magistrada estão em causa neste inquérito que ainda não tem conclusão.

No processo dos Comandos, em que vários militares estão a ser julgados pela morte de dois recrutas durante a instrução, o advogado Alexandre Lafayette queixou-se do comportamento da magistrada durante o julgamento, mas o inquérito disciplinar que se seguiu foi arquivado pelo Conselho Superior do Ministério Público.

Cândida Vilar deduziu acusação contra 44 suspeitos de envolvimento no planeamento e ataque à academia do Sporting, a 15 de maio de 2018, e nas consequentes agressões a técnicos, jogadores e funcionários da equipa leonina, incluindo os jogadores Bas Dost e Acuña e o treinador Jorge Jesus. Há nove meses que 38 arguidos estão em prisão preventiva. Um dos participantes no ataque, Alano Silva, fugiu para Angola e deverá ser julgado naquele país africano a pedido do MP português.

Entre os acusados estão Bruno de Carvalho, que teve de pagar 70 mil euros de caução para ficar em liberdade, e está obrigado a apresentar-se periodicamente numa esquadra da polícia. Nuno “Mustafá” Mendes, líder da Juventude Leonina, teve de pagar a mesma quantia. Os dois são acusados da autoria moral do ataque. André Geraldes já voltou ao trabalho depois de ter caducado a suspensão de funções decretada no processo “Cashball”.

RUI GUSTAVO  
rgustavo@expresso.imprensa.pt